

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

DIALOGOS REGIONAIS – EL NIÑO 2026/2027

Região Nordeste – Etapa Virtual

INFORMATIVO | 18 de agosto de 2026

Identificação e Contexto

O Diálogo Regional sobre o El Niño 2026/2027 da Região Nordeste foi realizado em 18 de agosto de 2026, com organização e condução da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais, com apoio da Secretaria Nacional de Participação Social. A atividade reuniu mais de 250 participantes simultaneamente, entre representantes da sociedade civil, movimentos sociais e órgãos federais, estaduais e municipais.

Participaram representantes do Conselho Nacional de Participação Social, dos Fóruns Estaduais de Participação Social dos nove estados da Região Nordeste e de diversas organizações da sociedade civil. O encontro teve como objetivo promover o diálogo entre Governo Federal e sociedade civil sobre a preparação e a resposta aos impactos do El Niño 2026/2027, divulgar ações governamentais em andamento, identificar vulnerabilidades regionais e contribuir para a construção de estratégias de prevenção, participação social e controle social.

Abertura e Diagnóstico técnico

O diagnóstico apresentado destacou a possibilidade de ocorrência de um El Niño forte, com probabilidade superior a 90%. Para as regiões Norte e Nordeste, foi apontada tendência de redução das chuvas, temperaturas acima da média, maior ocorrência de ondas de calor e maior pressão sobre os recursos hídricos.

Para o Nordeste, foram ressaltados os riscos de estiagens prolongadas e a necessidade de monitoramento contínuo dos reservatórios e das bacias hidrográficas. Também foi destacado que os impactos podem variar significativamente entre os diferentes territórios e estados.

No campo da agricultura familiar, foram apontadas preocupações específicas com os impactos sobre as culturas de milho, feijão e mandioca e sobre a pecuária familiar, diante do risco de estresse hídrico, perdas agrícolas, insegurança alimentar e pressão sobre os preços dos alimentos básicos.

Governo Federal: enfrentamento ao fenômeno

A Casa Civil destacou medidas estruturantes de preparação, incluindo a mobilização de 4.400 brigadistas federais e a capacitação de mais de 5.000 agentes locais, a ampliação do monitoramento do CEMADEN para mais de 1.800 municípios, investimentos em segurança hídrica no âmbito do Novo PAC, ampliação do sistema Defesa Civil Alerta e organização antecipada de estoques estratégicos de alimentos e apoio logístico.

O Ministério das Cidades apresentou o Programa Periferia Sem Risco e informou investimentos de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões em obras de contenção de encostas, Planos Municipais de Redução de Risco e Planos Comunitários de Redução de Risco e Adaptação Climática, além da previsão de campanhas educativas sobre riscos climáticos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar informou medidas de apoio à agricultura familiar, incluindo crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 924,9 milhões, formação de estoques públicos de arroz e milho e incentivos via Pronaf para captação de água, irrigação, quintais produtivos e adaptação climática.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome apresentou ações de cofinanciamento emergencial aos municípios, apoio a abrigos e acolhimento e atuação da

Força de Proteção do SUAS. Também foram destacadas a antecipação de pagamentos do Bolsa Família e do BPC em situações de emergência reconhecida e ações de segurança alimentar por meio do PAA, cozinhas solidárias, distribuição de cestas emergenciais, Programa de Cisternas e Fomento Rural.

Perspectivas da sociedade civil

As manifestações da sociedade civil destacaram a justiça climática como dimensão central da preparação para o El Niño, ressaltando que comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares e populações periféricas urbanas estão entre os grupos mais expostos aos efeitos da crise climática.

A segurança hídrica e o acesso à água estiveram entre as principais preocupações. Foram defendidas a ampliação de cisternas, proteção de nascentes, preservação de mananciais, recuperação de rios, manguezais e matas ciliares e adoção de planejamento preventivo diante das estiagens.

No campo da segurança alimentar, as contribuições defenderam o fortalecimento da agricultura familiar, ampliação do Pronaf, apoio à agroecologia, fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos e expansão das cozinhas solidárias, além da criação de mecanismos de proteção da produção agrícola diante dos eventos climáticos.

Também foi ressaltada a importância da proteção dos territórios tradicionais, com demandas relacionadas à regularização fundiária, titulação de territórios quilombolas, garantia dos direitos territoriais indígenas e respeito ao direito à consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Parte das manifestações associou a vulnerabilidade climática a atividades como expansão do agronegócio, mineração, desmatamento e grandes empreendimentos energéticos. As organizações defenderam ainda escuta permanente dos territórios, participação popular no planejamento, transparência, controle social e melhoria da comunicação governamental. Foram registradas também demandas relacionadas à proteção de trabalhadores expostos ao calor extremo, apoio a pescadores e marisqueiras, infraestrutura verde, arborização e educação ambiental.